



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.797, DE 2025

(Do Sr. Eduardo Velloso)

Dispõe sobre a viabilização e o fomento do arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (Pix) em transações internacionais.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. EDUARDO VELLOSO)

Dispõe sobre a viabilização e o fomento do arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (Pix) em transações internacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a viabilização e o fomento do arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (Pix) em transações internacionais.

CAPÍTULO I**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - compras internacionais: transações cujo serviço de pagamento disciplinado pelo arranjo sempre está vinculado à liquidação de determinada obrigação pelo usuário pagador residente perante o usuário receptor não residente ou pelo usuário pagador não residente perante o usuário receptor residente; e

II - transferências internacionais: transações cujo serviço de pagamento disciplinado pelo arranjo não necessariamente está vinculado à liquidação de determinada obrigação pelo usuário pagador residente perante o usuário receptor não residente ou pelo usuário pagador não residente perante o usuário receptor residente.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, adota-se a definição de residente e de não residente previstas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

CAPÍTULO II

DO MERCADO DE CÂMBIO

Art. 3º As transações de que trata esta Lei observarão, no que for cabível, o disposto na Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 4º O Banco Central do Brasil determinará as instituições autorizadas a prover os serviços de compra e transferência internacional de que trata esta Lei.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE FOMENTO AO USO DO PIX EM TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS

Seção I

Dos Objetivos e das Ações

Art. 5º Fica instituído o Programa de Fomento ao Uso do Pix em Transações Internacionais, com os seguintes objetivos:

I - ampliar o uso do Pix como meio de pagamento em operações internacionais;

II - facilitar a realização de transações internacionais por meio do arranjo PIX;

III - incentivar soluções operacionais e tecnológicas que integrem o Pix a arranjos e sistemas de pagamentos internacionais;

IV - fomentar o acesso ao mercado internacional, especialmente para micro, pequenas e médias empresas;

V - fomentar a modernização dos meios de pagamento em transações internacionais;

VI - promover maior eficiência, segurança, transparência e rastreabilidade nas transações internacionais; e

VII - reduzir a dependência de moedas fiduciárias específicas nas transações internacionais.

Art. 6º O Programa de que trata o art. 5º terá como ações:



I - o estabelecimento de arcabouço regulatório que viabilize o cumprimento dos objetivos do Programa;

II - o desenvolvimento de infraestrutura operacional e tecnológica que viabilize as transações internacionais por meio do Pix, inclusive quanto a eventual interoperabilidade entre o Pix e arranjos e sistemas de pagamentos internacionais;

III - a implementação de estruturas de incentivo que contribuam para a adoção do Pix em transações internacionais em detrimento de operações mais onerosas operacional e financeiramente;

IV – o estabelecimento de campanhas de comunicação e de educação financeira voltadas ao fomento e à adequada utilização do Pix em transações internacionais; e

V - outras ações compatíveis com os objetivos do Programa, que concorram para sua efetividade, expansão, segurança ou integração internacional.

Seção II

Da Coordenação

Art. 7º O Programa será coordenado pelo Banco Central do Brasil e poderá envolver, por meio de parcerias ou convênios:

I - Ministério da Fazenda;

II - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

III - Receita Federal do Brasil;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

VI - instituições financeiras e de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

VII - organismos internacionais e entes governamentais estrangeiros; e



VIII - outros órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, cuja atuação seja compatível com os objetivos do Programa e que possam contribuir para sua implementação, aprimoramento ou expansão.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA TARIFÁRIA

Art. 8º A regulamentação deverá observar as seguintes diretrizes quanto à estrutura tarifária das transações internacionais:

I - nas compras internacionais realizadas com Pix:

a) não deverá ser cobrada tarifa do usuário pagador, salvo quando a natureza da operação ou condições específicas justificarem, nos termos da regulamentação;

b) o custo da transação deverá, preferencialmente, ser absorvido pelo usuário recebedor, admitindo-se o compartilhamento proporcional com os demais agentes intermediários da cadeia de pagamento; e

c) a remuneração da operação de câmbio associada deverá ser compatível com as práticas de mercado, podendo abranger proteção contra variações de curto prazo.

II - nas transferências internacionais realizadas com Pix:

a) as tarifas, quando aplicadas, poderão ser divididas entre os usuários pagador e o recebedor; e

b) a remuneração da operação de câmbio associada deverá ser compatível com as práticas de mercado, podendo abranger proteção contra variações de curto prazo.

III - sempre que possível, as pessoas naturais e as pessoas jurídicas a elas equiparadas, nos termos da regulamentação, gozarão de uma estrutura tarifária mais favorável em relação aos demais usuários.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 9º A implementação das medidas previstas nesta Lei será objeto de acompanhamento e avaliação periódicos, cabendo ao Banco Central do Brasil apresentar, anualmente, relatório circunstanciado ao Congresso Nacional, contendo a descrição das ações executadas, os resultados obtidos e o planejamento para os períodos subsequentes.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como finalidade estabelecer as bases normativas para a viabilização e o fomento do uso do Pix em transações internacionais, contribuindo para a modernização, a eficiência e a inclusão financeira no comércio exterior e nas remessas de recursos entre residentes e não residentes.

Lançado pelo Banco Central do Brasil em 2020, o Pix tornou-se rapidamente o meio de pagamento mais utilizado no País, destacando-se por sua gratuidade para pessoas físicas, disponibilidade ininterrupta e liquidação instantânea.

A popularização do Pix no território nacional e sua robusta infraestrutura técnica tornam oportuno e necessário seu aproveitamento também em operações internacionais, tanto para compras como para transferências, especialmente no atual contexto de transformação digital dos meios de pagamento e das demandas por maior eficiência nas transações globais.

Nesse sentido, a proposta estabelece as bases legais e orientadoras necessárias para viabilizar o uso do Pix em transações internacionais, contribuindo para a construção de um ambiente mais eficiente, seguro e transparente do que aquele atualmente observado nesse tipo de operação.

Nesse contexto, o projeto respeita integralmente o marco legal do mercado de câmbio, nos termos da Lei nº 14.286, de 2021, e impõe ao



Banco Central do Brasil a responsabilidade por decidir que instituições estarão aptas a participar desse novo ecossistema.

O projeto também institui o Programa de Fomento ao Uso do Pix em Transações Internacionais, com objetivos e ações claras, como ampliar a utilização do Pix em operações internacionais; fomentar o acesso ao mercado internacional, especialmente para micro, pequenas e médias empresas; promover maior eficiência, segurança, transparência e rastreabilidade nas transações internacionais; e reduzir a dependência de moedas fiduciárias específicas nas transações internacionais.

A coordenação do Programa ficará a cargo do Banco Central do Brasil, com a possibilidade de articulação com diversos órgãos e entidades, públicos e privados, nacionais e estrangeiras.

Em relação à estrutura tarifária, o projeto estabelece diretrizes que buscam preservar baixos custos para pessoas físicas, à semelhança do modelo doméstico, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de equilíbrio financeiro e operacional para os prestadores de serviço de pagamento e agentes de câmbio envolvidos.

Por fim, prevê-se o acompanhamento contínuo da implementação das medidas por parte do Banco Central do Brasil, com prestação de contas anual ao Congresso Nacional, reforçando os mecanismos de transparência, controle e aprimoramento progressivo da política pública.

Trata-se, portanto, de uma proposta inovadora, alinhada às diretrizes internacionais, que reforça o protagonismo do Brasil na agenda global de modernização dos meios de pagamento, ao mesmo tempo em que promove inclusão financeira, competitividade e soberania monetária.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta relevante iniciativa legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2025.



Deputado EDUARDO VELLOSO

2025-12415

Apresentação: 06/08/2025 19:43:16.580 - Mesa

PL n.3797/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252561064300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Velloso





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 14.286, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14286-29dezembro-2021-792180-normapl.html>

FIM DO DOCUMENTO